



-----ATA nº03/2022-----

----- Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre da dos Paços do Concelho, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1-Ponto prévio antes da ordem do dia; -----
 - 2-Apreciação, discussão e eventual aprovação da nomeação do Revisor Oficial de Contas (ROC); -----
 - 3-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2022; -----
 - 4-Apreciação, discussão e eventual aprovação da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal; -----
 - 5-Apreciação, discussão e eventual ratificação do 1º Aditamento ao Contrato Interadministrativo para Delegação de competências no Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão; ----
 - 6-Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro; -----
 - 7-Outros assuntos de interesse para o Município; -----
 - 8-Período de intervenção do público nos termos do Regimento;-
- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e em seguida procedeu à conferência dos membros, verificando-se a falta dos membros, Ivo Renato Diogo de Campos Patrício, João Miguel Isaías da Silva e Hugo Filipe Ribeiro Cardoso. Os membros Ivo Patrício e João Silva justificaram a sua ausência e solicitaram a sua substituição, em conformidade com o Regimento da Assembleia Municipal, estando assim presentes em substituição dos mesmos, os membros Cristina Maria Pires Carmona Marques e Virgílio dos Santos Boletto Vieira. -----

---- Foi dado conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal, ficando disponível para eventual consulta.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação a Ata da sessão ordinária realizada em 25/04/2022, previamente remetida a todos os membros, tendo esta sido aprovada por unanimidade.-----

----**1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:**-----

---- O membro Ricardo Morgado começou por cumprimentar todos os presentes e em seguida, em representação dos membros da bancada Socialista, fez uma declaração sobre o êxito da realização da Feira dos Sabores do Tejo, que contou na sua inauguração com a presença do Senhor Secretario de Estado da Agricultura, Rui Martinho, salientando que para além da presença deste na abertura do evento, também visitou, na freguesia de Perais, a maior plantação de noqueiras do país. Referiu também alguns projetos previstos para o concelho, destacando os projetos para produção de energia não fóssil, com destaque para o fotovoltaico e ainda, e não menos importante, manter e dar as melhores condições a quem já aqui investiu, como por exemplo a empresa Paper Prime que já anunciara um novo investimento de sessenta milhões de euros e mais cinquenta postos de trabalho e uma nova ETARI com reutilização de 25% (vinte e cinco por cento) de água. Era de felicitar estas boas notícias, com uma palavra em especial para as preocupações ambientais. Não é uma moda. A consciência ambiental e a um produto mais "verde", os empresários poupam na carteira com menores custos diretos. A criação de riqueza, de postos de trabalho tem sido uma preocupação constante no atual Executivo, à qual os membros desta bancada se associavam e desejavam que fosse mais uma alavanca para a fixação de pessoas. Oportunidades não faltavam e não faltariam certamente.-



----O membro Vitor Marques começou por cumprimentar todos os presentes, referindo que em nome dos membros da Bancada Socialista, davam os parabéns à Ocidental Filmes, sedeadada em Gavião de Ródão, pela coprodução do filme de animação "Interdito a Cães e Italianos", vencedor de dois prémios atribuídos no Festival de Annecy, o mais importante evento mundial do cinema de animação, sendo este facto demonstrativo de que o interior tinha gente criativa e de valor, fazendo votos para que esta distinção lhes abrisse portas de mais oportunidades para o futuro. -----

----O membro Luis Coutinho começou por cumprimentar todos os presentes, dizendo que um dos temas da atualidade era o da descentralização e a questão da transferência das competências para as Autarquias Locais. Como era sabido, uma verdadeira descentralização era a que correspondia a uma melhoria da qualidade de vida das pessoas e isso implicava o funcionamento correto e adequado dos serviços o que por sua vez implicava a existência dos devidos recursos. Assim, uma das preocupações era de que os serviços percam qualidade por falta da necessária transferência de verbas por parte do Estado e que associado a esta insuficiente transferência de verbas, tenham que ser as Autarquias a utilizar recursos financeiros dos seus orçamentos municipais para ultrapassar esta carência e viabilizar o adequado funcionamento de áreas, como o da saúde, da educação e da ação social, referindo só as mais problemáticas. Posto isto, perguntava-se se o Senhor Presidente da Câmara Municipal ou alguém dos presentes, pretendia dar alguma informação ou tecer comentários sobre este assunto dado a relevância e a importância deste tema. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por cumprimentar todos os presentes, dizendo que este era um tema do

momento para as autarquias e era sobretudo uma oportunidade para estas darem melhores respostas em áreas da responsabilidade da administração central e onde a proximidade e o conhecimento dos municípios do seu território poderá levar a que estas possam vir a trabalhar melhor. Uma das preocupações das autarquias eram realmente os recursos e se havia uma entidade que tinha a obrigação de ter feito algo mais do que fez era a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, que na sua opinião acompanhou este tema com alguma condescendência, verificando-se que naquilo que era a concretização e a sua operacionalização, aquilo que estava a ser feito era com um claro prejuízo para os municípios. No seguimento de uma reunião onde esteve presente, com a Senhora Ministra da Coesão e com o Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, havia já algumas indicações para se começar a rever esta situação e fazer alguma justiça aos municípios e ir de encontro às preocupações que têm sido manifestadas e achava que isso também tinha que ser feito com toda a transparência, por forma a evitar depois situações de tratamento diferenciado entre municípios e aqui caberá à Associação Nacional dos Municípios Portugueses ter um papel diferente, acreditando que, com as tomadas de posição da sua presidente, irá acontecer de forma diferente do que tem vindo a acontecer até agora. Concordava plenamente com a descentralização mas obviamente sem que isso seja um sacrifício para o já depauperado orçamento do Município.-----

---- O membro Carlos Gonçalves disse que a Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses afirmara recentemente que estavam a estabelecer um acordo com o Governo, não só na área da saúde mas também na ação social e educação, que em princípio iria superar as reservas que os municípios tinham. Isto era uma



transferência de encargos e deveria ser associada a transferência de meios, não só financeiros, mas também humanos e sendo a rede de concelhos muito heterogênea, não se poderia fazer comparações entre estes. Logo a Associação Nacional dos Municípios Portugueses terá que ter em consideração a especificidade própria de alguns concelhos e as declarações feitas pela presidente deste Órgão levavam a querer que havia algo que estava a ser negociado com o Governo e isso dever-se-ia saber o que era porque a realidade municipal no nosso país era completamente díspar de concelho para concelho. Este era um assunto muito importante porque nalguns municípios, a sustentabilidade financeira e até o próprio funcionamento do município, poderá estar em causa face a esta transferência, que chamava de transferência de encargos e que já levava a muita polémica. Podíamos estar todos de acordo quanto à regionalização, mas que esta seja feita com o cuidado suficiente, porque eventualmente as populações poderão ficar a perder com aquilo que parecia muito bom mas depois poder-se-ia transformar num quebra cabeças, sobretudo para quem dirige o Município. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal aproveitou para dar informação sobre o problema que as autarquias e principalmente as CIMB's estão a ter na área dos transportes público de passageiros, nomeadamente na possibilidade dos municípios se constituírem como autoridade de gestão desses transportes e numa alteração enorme daquilo que eram as concessões dos mesmos feitas até esta data, com uma complexidade enorme, o que levou a que as Comunidades Intermunicipais tivessem que recorrer à contratualização de assessorias nas áreas jurídicas, económicas e de logística para conseguirem perceber todo este processo. Estava-se a falar de subidas substanciais e de acréscimo de encargos para os municípios

astronómicos, mesmo com alguma participação estatal, sendo este um tema que estavam a acompanhar com muita preocupação, primeiro pela questão da garantia dos serviços aos cidadãos e também pelos custos que acarretavam. A garantia do serviço, neste momento, estava em causa devido à dificuldade de efetuar os concursos públicos, com a inexistência de operadores a responder e também com o desaparecimento de operadores do mercado. Este era um assunto que gerava muita preocupação a todos os autarcas e que todos estavam a tentar resolver.-----

---- 2-Apreciação, discussão e eventual aprovação da nomeação do Revisor Oficial de Contas (ROC);-----

---- Não havendo intervenções e após votação, foi deliberado, por unanimidade, ao abrigo do nº1 do artigo 77º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, autorizar a Câmara Municipal, à nomeação da firma *PALM-Pereira, Almeida, Linhares, Monteiro & Associados, SROC, Lda.*, para auditor externo no âmbito da certificação legal de contas do Município, pelo valor total de 22.992,00€ (vinte e dois mil novecentos e noventa e dois euros), para o período de quatro anos, em conformidade com o deliberado na reunião do executivo, realizada em 24/06/2022, na redação da minuta nº123/2022, que se arquiva junto aos documentos presentes na Sessão.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- 3-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2022;-----

---- Não havendo intervenções e após votação, foi aprovada por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 3 (três) abstenções, dos membros Carlos Alberto Silva Gonçalves, Luis Manuel Machado Brito Coutinho Dias e Júlia Cristina Marchão Ceia, em conformidade com a alínea a) do nº1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12



de setembro, a 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, no valor de 439.000,00€ (quatrocentos e trinta e nove mil euros), a 3ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, no valor de 529.000,00€ (quinhentos e vinte e nove mil euros) e 3ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais, com um aumento de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) e uma diminuição de 31.000,00€ (trinta e um mil euros). Em anos seguintes a 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, com um aumento e correspondente diminuição no valor de 2.110.000,00€ (dois milhões cento e dez mil euros), a 3ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, com um aumento e correspondente diminuição no valor de 2.177.000,00€ (dois milhões cento e setenta e sete mil euros) e a 3ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais, com um aumento e correspondente diminuição no valor de 25.000,00€ (vinte cinco mil euros), conforme deliberado na minuta n.º125/2022, aprovada na reunião do Executivo realizada em 24/06/2022, que se arquiva junto aos documentos presentes na Sessão. -----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----4-Apreciação, discussão e eventual aprovação da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal; -----

----Não havendo intervenções e após votação, foi deliberado, ao abrigo da alínea o) do n.º1 do artigo 25º, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, aprovar por unanimidade a alteração do Mapa de Pessoal por forma proceder à reorganização/ajustamento do mesmo de modo a satisfazer as necessidades do serviço, bem como a respetiva estrutura de Mapa de Pessoal, conteúdos funcionais e a previsão de gastos com recrutamento para os novos postos de trabalho conforme minuta n.º121/2022, de 09/06/2022 da Câmara Municipal, que se

arquiva junto aos documentos presentes na Sessão.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- **5-Apreciação, discussão e eventual ratificação do 1º Aditamento ao Contrato Interadministrativo para Delegação de competências no Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão;**----

Não havendo intervenções e após votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ratificação do 1º Aditamento do Contrato de Delegação de Competências do Município de Vila Velha de Ródão no Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão, no domínio da educação, ao abrigo do disposto na alínea k) do nº1 do artigo 25º, da Lei nº. 75/2013 de 12 de setembro, articulado com o artigo 128º. da referida Lei, e nos termos do documento apresentado e aprovado na reunião do executivo realizada em 13/05/2022, que será rubricado pelos membros da mesa da Assembleia Municipal.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

---- **6-Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;**-----

---- Sobre este ponto foi entregue a cada membro da Assembleia uma Informação escrita evidenciando no nº1, a situação financeira, reportada à data de 22 (vinte e dois) de junho, nomeadamente, os valores da receita cobrada de 4.059.097,69€ (quatro milhões, cinquenta e nove mil, noventa e sete euros e sessenta e nove cêntimos), dos pagamentos efetuados de 3.532.140,64€ (três milhões, quinhentos e trinta e dois mil, cento e quarenta euros e sessenta e quatro cêntimos) e do saldo reportado a 22/06/2022 de 4.190.320,69€ (quatro milhões, cento e noventa mil, trezentos e vinte euros e sessenta e nove cêntimos), bem como as faturas por pagar a fornecedores no valor de 466.978,32€ (quatrocentos e sessenta e



seis mil, novecentos e setenta oito euros e trinta e dois cêntimos). -----

----No nº2, as principais atividades desenvolvidas pela autarquia nos setores da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, Ação Social, do Desenvolvimento e Turismo, no Apoio ao Desenvolvimento e Proteção Civil, no da Habitação e Urbanismo, Obras e Projetos Municipais, bem como a informação sobre os recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes. -----

----O membro Ricardo Morgado, referindo-se à assinatura por parte do Município da Declaração de Compromisso para a Adaptação e Mitigação das Alterações nos Serviços de Água, uma iniciativa promovida pela APDA (Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas), sublinhando que, no preciso momento em que estava a decorrer no nosso país a Cimeira dos Oceanos, tinha que ser ter em atenção que a qualidade dos nossos oceanos dependia muito da água que lá ia parar e que era maioritariamente proveniente dos rios. Mais disse que era meritória que esta Autarquia já tinha tido uma candidatura aprovada para promoção nesta área e que correu muitíssimo bem. Em resumo havia muitos estudos e muitos documentos, mas era hora de passar à ação, havia matéria para trabalhar e o Município, à nossa escala, tem que ser um promotor, tem dado o exemplo e assim tem que continuar, congratulando o Executivo por estar atento a este assunto. -----

----O membro Carlos Gonçalves disse que era evidente que todos tínhamos que fazer o trabalho de casa mas também era bom que todos o fizessem, porque neste momento estávamos confrontados com uma situação que, independentemente do trabalho de cada um, não iria ser fácil. Em primeiro lugar o conflito a Leste que criava problemas de fornecimento de energia, tendo inclusive alguns países

voltado à produção desta através das centrais térmicas, ao carvão, por isso por mais esforços que possamos fazer haverá sempre alguma dificuldade quando somos confrontados com estas realidades e esta era realmente uma questão política e as grandes decisões eram tomadas a um nível superior, mas deveríamos fazer o nosso trabalho. Mais disse que ainda há pouco tinha sido elogiado pelo membro Ricardo Morgado a agricultura no nosso concelho que era uma agricultura intensiva e era sabido que esta também tinha impacto no plano ambiental e por isso é que existia um grande debate para alterar a forma como se faz agricultura tendo em vista a proteção das terras, nomeadamente quanto à enorme utilização dos pesticidas que poderá vir a ter consequências gravíssimas daqui a alguns anos. Era óbvio que deveríamos fazer o nosso trabalho mas no plano nacional e internacional no dia a dia e no quotidiano das preocupações, sobretudo nos interesses da comunicação social, estes temas que eram essenciais, principalmente para territórios como o nosso, em que a ligação à terra era muito grande, passava um pouco à margem. Com isto não estava a dizer que não se deveria fazer as coisas mas perante estas evidências e para aqueles que são ambientalistas e que lutam sem dogmas por esta questão e que verificavam que havia decisões que eram tomadas superiormente e que punham em causa tudo o que se tentava fazer a um nível mais abaixo, era muito complicado. Concordava plenamente que cada um, ao seu nível, fizesse o seu trabalho e este Município que tem no seu território indústrias poluentes, mais razão tinha em ter medidas nesse sentido, por isso nessas matérias terão sempre o apoio dos membros desta bancada.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que em relação à questão da agricultura intensiva neste concelho, existia por parte



dos promotores preocupações ambientais sérias onde era feito um grande trabalho naquilo que era a racionalização da água, tendo inclusive tido já a visita de técnicos israelitas nessa área porque percebiam que esta era uma questão primordial, bem como a nível dos pesticidas com a preocupação de reduzir e procurar alternativas mais naturais aos mesmos. -----

----Mais informou que numa ótica de reutilização da água, a Autarquia lançara o desafio á empresa BIOTEK para aproveitar o enorme efluente proveniente da sua ETARI no sentido de reutilizar a água proveniente da mesma, tendo esta empresa mostrando-se recetiva a este desafio, o Senhor Secretário de Estado achou muito interessante esta ideia e a Agência Portuguesa do Ambiente ficou de apreciar esta solução. Resumidamente, o que era proposto era que esta empresa fizesse a descarga desses efluentes numa massa de água maior mas mais contida, dando o exemplo da Barragem do Açafal e com uma fiscalização muito maior, dando assim garantia de abastecimento aos investimentos agrícolas aqui existentes. -----

----Nesta vertente, a Câmara Municipal também propôs há empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, no sentido de, depois de devidamente tratada, aproveitar as águas que saem da ETAR de Vila Velha de Ródão, reutilizando esta na rede de rega dos espaços verdes que é separada da rede de abastecimento público. Estes eram dois projetos que gostaria que fossem implementados rapidamente por serem um contributo para uma utilização racional da água. -----

----O membro Carlos Gonçalves disse que não tinha feito qualquer crítica ao investimento, até porque não conhecia o projeto para poder fazer qualquer tipo de avaliação, estava a falar mais em termos técnicos, pois era sabido que qualquer agricultura intensiva tinha consequências para os solos. -----

---- O membro Luis Coutinho disse que a água já era um fator limitante a vários níveis e após ter ouvido as informações do senhor Presidente em relação ao reaproveitamento das águas da ETAR, fazia todo o sentido que se procedesse a um tratamento e valorização deste recurso. Mas também fazia sentido reaproveitar todos os resíduos porque todos os recursos eram finitos e por isso teriam que ser valorizados, estando inclusive a ser desenvolvidas técnicas novas e métodos para aproveitar tudo. Em relação á água, teria que se ter muita atenção á proliferação de explorações de agricultura intensiva e muito intensiva no nosso concelho para evitar que se atingisse proporções que foram atingidas noutras partes do país.-----

---- O membro Humberto Mendes começou por cumprimentar todos os presentes, dizendo que como munícipe ficava agradado com este debate, onde eram levantadas questões e eram objetivamente respondidas, bem como o facto de saber que a Câmara Municipal estava atenta e mais do que isso, propunha soluções quando os problemas, à nossa escala, ainda não se colocavam.-----

---- **7-Outros assuntos de interesse para o Município;**-----

---- O membro Júlia Ceia questionou se a Câmara Municipal não poderia fazer uma intervenção no antigo edifício da GNR nem que fosse só arranjar o telhado. Questionou também sobre a qualidade da água na parte baixa da Vila, porque em certos dias, apresentava-se muito turva. Solicitou também informação sobre as obras da Pousada que já há quase cinco anos que estavam a decorrer.-----

---- O membro Vítor Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão, começou por cumprimentar todos os presentes, felicitando o Executivo pela rapidez e execução da obra da estrada que liga o Vale do Outeiro a Cebolais de Baixo, que estava em fase



de conclusão. Mais referiu que nos últimos tempos tem-se notado algum aumento de criminalidade em Sarnadas de Ródão e Carapetosa questionando se não haveria a hipótese da Câmara Municipal com o apoio da Junta de Freguesia, junto da GNR, pressionar esta entidade para reforçar o patrulhamento nestas localidades, apesar de ser visível há já algum tempo um aumento significativo desse patrulhamento. O membro Alexandra Ventura começou por cumprimentar todos os presentes, referindo-se em seguida ao dia de encerramento da Academia Sénior de Vila Velha de Ródão, falando em seguida deste projeto e das atividades da mesma, considerando que esta atividade era um investimento ao nível da saúde, tanto mental como física e deixando um convite aos presentes para visitarem e participarem nesta academia. Na qualidade de coordenadora deste projeto e de membro deste Órgão, deixou um agradecimento a todas as entidades que apoiam esta iniciativa, nomeadamente, o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão, as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal. -----

----O membro Célia Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Fratel, começou por cumprimentar todos os presentes, começando por dizer que, em nome desta Junta de Freguesia, congratularem-se com as obras de requalificação da entrada da localidade de Vermum. Em seguida felicitou o Senhor Presidente da Câmara Municipal pela insistência junto das Infraestruturas de Portugal, que já assumiram o compromisso de resolver a questão da entrada em Fratel com a construção de uma rotunda. Deixou também um alerta e por motivos de segurança, da possibilidade de alargamento da via, na Rua do Cimo do Monte, em Vermum. Terminou deixando em nome da Junta de Freguesia de Fratel, uma palavra de reconhecimento à Câmara Municipal e ao Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de

Vila Velha de Ródão, pela descentralização das aulas de movimento e saúde nas freguesias, com a disponibilização de meios técnicos e humanos.-----

---- O membro Luis Coutinho disse que na última sessão deste Órgão, o membro Maria João Vicente questionara e bem, o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a inexistência de caixas multibanco nas freguesias de Perais e Sarnadas de Ródão, aliás, á semelhança do que a bancada da Coligação "Novo Rumo" tinha já proposto na Sessão da Assembleia Municipal realizada em 23/02/2018, ou seja, há mais de quatro anos, sem que lhe pareça ter havido nessa altura, interesse na busca de soluções, inclusive por parte dos então respetivos presidentes das Juntas de Freguesia, solicitando assim se, entretanto, já havia mais alguma informação sobre este assunto.

---- O membro Maria José Mendonça, começou por cumprimentar todos os presentes, dizendo que, apesar de lhe ter sido dito que a obra da Ribeira do Enxarrique estava terminada, verificava que junto ao passadiço existia um poço aberto e sem proteção que causava alguma insegurança nas pessoas que por ali passavam, sugerindo que fosse resolvido este problema o mais rápido possível devido à perigosidade da situação.-----

---- O membro Carlos Gonçalves disse que em relação ao tema das caixas multibanco e na altura em que tinham falado nisso, foi dito que haveria vários problemas que poderiam inviabilizar essa situação mas que iriam estudar o assunto mas, na última Sessão deste Órgão, apercebera-se que haveria já alguns avanços nesse sentido. Entretanto, no último Congresso da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), foi aprovado uma moção no sentido de se pedir a instalação pela Caixa Geral de Depósitos, de uma caixa multibanco em todas as freguesias do país. Este era um tema que não era só



deste concelho e as razões que eram evocadas pelos autarcas que estiveram presentes nesse congresso, eram aquelas que também aqui foram evocadas. Esta era uma questão fundamental para as freguesias, que tinham uma população envelhecida e com dificuldade de acesso a outras localidades, bem como para o comércio local. Assim, aquela que era uma preocupação que neste caso se resumia ao nosso concelho, neste momento, era uma preocupação nacional. Na sua opinião, haveria muitos presidentes de Câmara, por todo o país, a dar resposta aos seus presidentes de junta no sentido de eventualmente se encontrar uma solução. Assim e pelo atrás exposto, questionava se já haveria mais algum desenvolvimento quanto a este assunto. -----

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao membro Júlia Ceia, dizendo que, em relação ao edifício da GNR se este problema fosse da responsabilidade da Autarquia certamente não estaria naquele estado, mas tem insistido junto da tutela no sentido de resolver esta questão o mais rápido possível e a Câmara Municipal não fará qualquer intervenção porque não pode intervir naquilo que não era do Município e também era mais uma forma de pressionar as entidades a resolver este problema. Em relação à qualidade da água ainda não tinha tido qualquer reclamação sobre a mesma, acreditando que tenha sido um problema pontual. No que dizia respeito às obras da Estalagem, disse que este era um investimento privado, com um valor de investimento muito alto, importante para o nosso concelho, o que implicava alguns atrasos. -----

----Respondendo ao Presidente da Junta de Sarnadas, disse que a segurança das populações era uma preocupação e que na reunião que seria realizada dali a alguns dias na Comunidade Intermunicipal e onde estará presente o Comandante do Destacamento Territorial da

GNR, esta questão iria ser colocada.-----

---- Em seguida deixou uma palavra de agradecimento à referência que foi feita pelo membro Alexandra Ventura à Academia Sénior e a todos os voluntários que colaboram para que esta atividade tivesse o êxito que tinha, considerando este um projeto importante para o nosso concelho.-----

---- Em relação à intervenção da Presidente da Junta de Freguesia de Fratel e em relação à segurança das vias, estavam-se a fazer intervenções no Fratel e ir-se-ia tentar dar resposta ao caso apresentado.-----

---- Quanto ao tema dos multibancos, disse que não tem sido um processo de fácil resolução e também tinha tido conhecimento do que fora apresentado pela ANAFRE, mas até se concretizar essa pretensão iria possivelmente demorar algum tempo e a Autarquia queria encontrar uma solução o mais breve possível e por isso iria continuar com o trabalho que estava a desenvolver.-----

---- Em relação à questão colocada pelo membro Maria José Sobreira, já estava devidamente sinalizada e esperava que fosse resolvida o mais rápido possível com a colocação de uma grelha a tapar o poço.

---- À questão colocada pelo membro Luis Coutinho se havia algum prazo agendado para o final das obras da estalagem, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que era espectável que esta obra esteja terminada até final do presente ano, dizendo que as obras ainda estavam a decorrer porque, entretanto, fora feita uma ampliação do edifício e um reforço de investimento no mesmo, com capitais próprios.-----

---- O membro Luis Coutinho disse que numa altura em que a humanidade estava a sentir em várias frentes e de forma gravosa os efeitos das alterações climáticas e quando ainda no dia de ontem a



CIMBB tinha apresentado o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas, aproveitava para trazer a discussão um assunto que tinha muito a ver com este tema e que se relacionava de uma forma muito efetiva com as regiões interiores do país. Referia-se aos fenómenos cada vez mais recorrentes, como a falta de chuva e o aumento da temperatura traduzindo-se em situações de seca como a que estávamos a atravessar e que afetavam as culturas agrícolas e punham em risco a sobrevivência de várias espécies florestais, dando o exemplo do sobreiro e dizendo que o ecossistema do montado de sobro era um dos fundamentais para a humanidade. Perante estas condições aumentava o risco de ocorrência e intensidade de fogos florestais e por isso era muito importante que se procedesse à limpeza de matos e do planeamento da floresta e também da melhoria da fertilidade do solo e da poupança de água. Por isso dever-se-ia implementar medidas no terreno que contribuíssem para mitigar este problema o que implicava a utilização de maquinaria e recursos humanos que muitos agricultores e proprietários florestais não possuíam, dizendo que uma solução para esta situação seria a criação de parques coletivos de máquinas que pudessem ter vários utilizadores. Dado que era difícil para a generalidade das pessoas recorrerem a certos modelos de associativismo e porque na verdade, em termos oficiais, não era assim tão fácil a implementação de tais sistemas, deixava aqui a sugestão ao Senhor Presidente do Executivo de averiguar do interesse e da possibilidade de ser a Autarquia a liderar a criação de um parque de máquinas, eventualmente com os respetivos operadores, assumindo o estudo das hipóteses de candidatura deste investimento a apoios financeiros e o pensar também do seu modelo de gestão. Com este tipo de recurso seria mais fácil o contributo de todos para mitigar os problemas referidos,

lembrando que a agricultura era estratégica e fulcral para a resolução da crise atual.-----

---- Á questão colocada pelo Presidente da Assembleia Municipal se esta sugestão englobava empresas agrícolas ou se era direcionado apenas para agricultores de subsistência, proprietários dos respetivos terrenos, ao que o membro Luis Coutinho respondeu que englobaria toda a gente, pois a especificação de algumas máquinas e o preço das mesmas bem como a falta de mão de obra qualificada e a urgência do cumprimento dos prazos para efetuar essas limpezas, tornava muito difícil gerir esta situação.-----

---- O Presidente da Assembleia Municipal disse que, na sua opinião, esta proposta talvez fosse enquadrável na formação de uma associação empresarial ou de agricultores.-----

---- O membro Luis Coutinho disse que não existia nenhuma associação neste setor mas também era da opinião que não estivessem muito vocacionadas para esta situação. Mais disse que a ideia desta solução não era servir o interesse de um ou outro agricultor ou proprietário, mas era sim do interesse de todos, por exemplo, na prevenção dos fogos florestais.-----

---- O membro Ricardo Morgado disse que no início deste assunto se começara a falar na limpeza da floresta e na obrigatoriedade que cada um tinha que fazer nessa área e depois derivou-se para o setor da agricultura e pelo que percebera, a proposta seria a de a Câmara Municipal promover um "banco" de máquinas para cada um que necessitasse recorrer ao mesmo quando a Autarquia até já disponibilizava um local e uma trituradora que as pessoas podiam utilizar gratuitamente. Verificava que o Município e as Juntas de Freguesia estavam preocupados com as competências que já tinham e a dificuldade que tinham em realizar estes serviços. Percebia aquilo



que o membro Luis Coutinho dizia mas concordava com o Presidente da Assembleia Municipal quando este dizia que seria um assunto do âmbito das associações criar essas sinergias. Para clarificar a questão, disse que uma coisa era a parte da floresta e da limpeza e gestão da mesma e outra coisa era a parte agrícola onde cada um teria que fazer o seu trabalho. -----

----O membro Luis Coutinho respondeu que não se estava a referir a si como agricultor, até porque já efetuava esses trabalhos, mas sim num conjunto mais alargado de pessoas e também não dissera que a Autarquia não fazia já o seu trabalho nesta área. A questão aqui era saber se não havia nada que em conjunto pudesse ser feito, com o apoio da Câmara Municipal, para pensar em soluções que pudessem potenciar a diminuição dos problemas ambientais. -----

----O membro Carlos Gonçalves disse que o membro Luis Coutinho tinha feito uma proposta que à partida, algumas pessoas poderiam não entender porque no nosso país o que muitas vezes se passava era que sempre que havia um problema ligado à floresta, tinha sempre que ser o Estado, através das autarquias ou do governo central, a resolver. As pessoas muitas vezes desresponsabilizavam-se daquilo que era a sua responsabilidade como cidadãos. Mais disse que este país precisava de iniciativa dos próprios cidadãos e que nesta área passaria pela formação de associações de agricultores que, eventualmente, poderiam ter algum enquadramento na sua relação com o Município ou até com a CIM. Na sua opinião este era um pontapé de saída para lançar o debate sobre esta matéria. -----

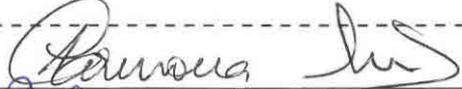
----O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que no seguimento do que atrás fora dito, lembrou que há já alguns anos foi criada uma associação que era a Cooperativa de Pequenos e Médios Agricultores de Fratel, que tinha no seu espólio uma série

de maquinaria e que no seu âmbito funcionava bem. A ideia aqui apresentada era interessante, mas claramente, tinha que nascer da iniciativa privada, até porque não via que em termos legais a Autarquia pudesse patrocinar uma situação destas, colocando-se também o problema da concorrência, porque havia empresas que prestavam esse serviço e disponibilizavam esse tipo de equipamentos. No entanto e numa escala mais alargada e existindo associações de agricultores onde são discutidas essas ideias, achava que era um excelente fórum para se debater o tema e patrocinar um pouco essa iniciativa, não pondo de parte a possibilidade de haver um apoio por parte das Câmaras Municipais.-

---- O membro Luis Coutinho disse que o desafio era mesmo esse, era lançar a ideia e ver o que é que era possível ser feito. O associativismo dentro de cada setor seria aquele em que teria que se acreditar, mas não descurando outras soluções e enquadrá-las nos novos desafios que teremos que enfrentar.-----

---- **8- Período de intervenção do público nos termos do artigo 21º do Regimento;**-----

---- Não havendo intervenções neste ponto, o Presidente da Assembleia Municipal deu por terminada a presente sessão, às vinte e duas horas e quinze minutos e dela se lavrou a presente ata, que depois de lida e julgada conforme, vai ser assinada pelos membros da mesa.-----


Paulo Cristiano Ribeiro Gonçalves
José Manuel Calhais da Cunha Andrade